



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO SEBASTIÃO – CMDCA. Ao décimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, reuniram-se de forma mista, presencial e por meio de videoconferência utilizando como ferramenta o aplicativo Zoom Meeting, os membros do CMDCA, conforme convocação prévia e relação de presença nominal, parte integrante desta ata. A reunião ocorreu mediante o fornecimento prévio de link no grupo do WhatsApp para os conselheiros, a saber, <https://zoom.us/j/7047235047?pwd=S2RHb1BJNzhVZGxPTWk4RmJVSTVJdz09>; ID da reunião: 704 723 5047; Senha: cmdca; O presidente abriu a reunião às dez horas e cinco minutos, e no aguardo dos participantes, iniciou às dez horas e quinze minutos, . **1. Portaria para Processo Administrativo (participação da Sociedade Civil na Comissão de Ética);** O presidente iniciou a reunião em relação à Portaria, já que a Resolução já aprovou a Comissão de Ética, agora é uma questão de definição para encaminhar Minuta da Portaria para o Gabinete para a publicação e atuação da comissão. Rita fala que na reunião da comissão que aconteceu no dia 27, foi levantada algumas questões, sendo uma delas a questão da remuneração, ela acha um absurdo, não pela situação em si, mas pela questão de o Poder Público ser remunerado e a Sociedade Civil não, tendo em vista que ambas trabalham da mesma forma. Rita disse que como os prazos estão bem apertados, ela permite que o seu nome permaneça na comissão desde que a Portaria informe claramente que a remuneração é restrita aos servidores da ativa e não da Sociedade Civil e também afirmou que presta serviço em Conselho, Comissão e na APAE sem remuneração porque quer, porém neste caso, não é correto uns receberem e outros não. Ela acredita que esta questão nunca foi levantada antes por falta de conhecimento de isso ocorria. Ela disse que devido os prazos da Comissão de ética já estarem vencidos, a Comissão que é composta por cinco membros, terá somente a participação efetiva de quatro, já que ela não vai participar, apenas estará com o nome. Fred informa que ele desconhecia o fato de ter que se implementar uma Portaria para a nomeação da Comissão, ele achava que a Resolução fosse suficiente, porém foi alertado pela Corregedoria. Pensando na questão da gratificação, ele acredita que é possível encaminhar a Minuta da Portaria com a nomeação dos Membros, porém sem a gratificação. Sr.Vilson informa que o Estatuto do Servidor prevê gratificação para este tipo de Comissão, e que mesmo que encaminhe sem, o Gabinete possivelmente fará a correção. Frederico informa para Rita que se ela não se sente a vontade para participar desta comissão, não existe problema, embora aprecie muito a participação dela pela experiência e pela habilidade em todas as ações que são necessárias para o real desenvolvimento dos trabalhos. Sendo assim, neste caso possibilita-se a participação de outra pessoa da Sociedade



Civil, garantindo desta maneira a efetividade da comissão. Rita destacou mais uma vez que a sua preocupação é com os prazos. Vilson destaca que o fato da não participação nas audiências, pode acarretar inclusive em pedido de anulação por parte de quem está sendo processado. Rita solicita então que se faça a substituição, e diz que buscará informações para que se faça uma modificação/complementação na Lei para que a Sociedade Civil não seja prejudicada, sendo esta uma situação injusta. Neto pede a palavra dizendo que na última reunião foi levantada a questão de que se existe a obrigatoriedade da presença de algum membro da Sociedade Civil, nas comissões, em especial nesta. Vilson informa que sim, que é obrigatória a participação de todos. O presidente destaca que a Lei Complementar que define sobre a formação da Comissão de Ética, apresenta a composição inclusive cita a participação de Conselheiros Tutelares. Carlos se propõe a participar. O Presidente informa que solicitará a substituição e agradece a manifestação da Rita, afirmando que este posicionamento também contribui para o bom andamento da comissão, já que é necessário membros que tenham de fato participação efetiva. Rita complementa dizendo que não está pedindo pela retirada da gratificação de servidores efetivos, mas sim verificar a obrigatoriedade da participação da Sociedade Civil nesta Comissão, e afirma que este assunto deve ser retomado em um breve momento.

2. Processo Samarê; O Presidente informa que este processo está parado, havia passado pela comissão de registro e teve parecer favorável, no entanto em reuniões anteriores alguns representantes da comissão solicitaram vistas, e até o momento não houve retorno de um representante. Isto prejudica a Entidade que está aguardando uma avaliação que já havia sido favorável. Frederico solicita a manifestação da Dr. Fernanda Carbonelli, e estipula o prazo de uma semana para a resposta. Colocado em votação, a conselheira Rita se manifesta dizendo que também é da Comissão de registro, no qual já havia emitido parecer favorável, tendo em vista que a Entidade irá desenvolver atividades nas escolas e estão aguardando para iniciar. Rita acrescenta dizendo que após iniciarem, será avaliada a efetividade das ações através da Comissão de Monitoramento, que deverá empregar um olhar mais criterioso. Sendo assim tem que ter andamento no registro da Entidade. Fica aprovado sobre a prorrogação e aguarda manifestação.

3. Minuta da Lei; O presidente informa que a Minuta da Lei já está no Gabinete, ele já foi informado que está só aguardando definições internas com parecer jurídico. Assim que tiver uma devolutiva será informada ao grupo.

4. Prestação de Contas; O Presidente apresentou a Sra. Ermínia da Secretaria da Fazenda, ela não é representante da SEFAZ no CMDCA mas é a Gestora Financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na última reunião ela foi solicitada para vir apresentar a Prestação de Contas. O Presidente declara que Ermínia trouxe a



prestação de contas com Saldo Financeiro em trinta de abril, de dois milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos, Pagamentos a efetuar, um milhão, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e trinta e dois reais e trinta e seis centavos, aqui não está empenhado ainda o valor da Eleição do Conselho Tutelar porque não houve empenho, a Secretaria está providenciando os trâmites administrativos, referente a contratação da Empresa vencedora e assim que tiver definido, será encaminhado para vinculação do valor para próximos pagamentos. Tirando estes valores que estão disponíveis na conta, tirando o que está comprometido, o saldo disponível é de aproximadamente oitocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e trinta reais, deste valor será menos sessenta mil, que está provisionado para as despesas da Eleição do Conselho Tutelar, restando então saldo disponível de setecentos e oitenta e nove mil para novos projetos, novos custeios ou destinação de recursos. Fred apresentou documento encaminhado pelo Verdescola sobre destinação de recurso no valor de quinhentos mil reais, do Banco Itaú. Fred afirma que assinou o documento e encaminhou, em seguida o Banco realiza a transferência, no entanto o valor ainda não foi disponibilizado na conta até a data de ontem. O fato já foi informado para Dr. Fernanda Carbonelli. O presidente pediu que se manifestem caso haja alguma pergunta ou sugestão quanto a Prestação de Contas, já que Sra. Ermínia está a disposição para esclarecimentos e as sugestões. Rita informou que a SEDES apresenta ao CMAS, a prestação de contas através de apresentação com gráficos e tabelas, e este modelo é de fácil entendimento e visualização. Rita sugeriu que a SEFAZ faça a apresentação da mesma forma. **5. Eleição do Conselho Tutelar;** O presidente informou que foi aprovada a contratação da Empresa para a realização do processo de Eleição do Conselho Tutelar, foi encaminhado para SEDES para as providências dos trâmites Administrativos, a requisição já foi assinada e atualmente a SECAD está tomando as providências para a contratação. Será informado ao CMDCA sobre o andamento, para que tenham conhecimento que de fato está andando. Rita perguntou se mais alguém participou da reunião com TRE e Ministério Público, que aconteceu na última terça feira. Os participantes presentes informaram que não conseguiram participar. Rita explicou que será necessário uma reunião com a comissão de eleição e apresentou alguns tópicos abordados na reunião: cronograma para uso de urnas eletrônicas ou urnas de lona, o CMDCA teria que se manifestar até o próximo dia dezenove; os eleitores terão até o dia trinta de junho para fazer a regularização da situação eleitoral; Rita sugere de fazer a deliberação neste momento para a decisão da utilização das urnas, pois não se terá tempo hábil já que depois terá uma série de providências que terão que ser tomadas e que não vai bater com o cronograma da comissão. Rita informou que na



reunião ficou claro que apenas as Capitais e grandes Metrópoles se utilizarão das urnas eletrônicas, ainda assim estes também terão dificuldades com o cronograma. Segunda Rita, foi deliberado também em reunião que o município ficaria responsável em divulgar a data para regularização eleitoral dos candidatos. Carlos lembra que em reunião anterior onde foi falado sobre as urnas, havia sido decidido que iriam optar pela utilização das urnas de lona, já que foi informado ao CMDCA, que para utilização das urnas eletrônicas teria que adquirir um software, e que este software posteriormente seria descartado. Rita afirmou que toda a estrutura da urna digital, seria por conta do Tribunal Regional Eleitoral, inclusive software e treinamento, sem custo nenhum para o município. Ela afirma que houve esta modificação. Carlos faz uma recapitulação e pergunta se temos até o dia dezanove para dizer sim ou não para a urna eletrônica, e só então fornecer os dados dos candidatos e fotos. Rita informa que o cronograma ainda não foi disponibilizado pelo TRE. Ela afirma que a comissão não terá condições de cumprir o cronograma já que ele está bem apertado, pois houve uma modificação recente. Rita considera que este cronograma é irreal para a maioria dos municípios., porque não está batendo com o cronograma dos municípios. **6. Comissão de Monitoramento;** O presidente informou que a Comissão de Monitoramento não estava completa com a saída conselheira Larissa do CMDCA, precisava substituí-la e acrescentou que o Sr. Angelo Neto já tinha manifestado interesse em conversa anterior e abriu para os demais conselheiros a possibilidade de participação. Ficou definido como membros da referida comissão Frederico, Bruno e Angelo substituindo a Sra. Larissa. A Sra. Rita por sua vez, disse que apesar de não participar da comissão poderia contribuir com a elaboração de alguns documentos, como relatórios de visita de monitoramento para padronizar os documentos. **7. Renovação do Projeto Vencedores do Instituto OBI;** O presidente informou que o Sr. Carlos protocolou na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social o pedido de renovação do projeto Vencedores do Instituto OBI e iniciou a leitura confirmando o número de crianças e jovens atendidos que totalizam na data de hoje mil, quatrocentos e oitenta e seis conforme plano de trabalho, questionou sobre o modelo de trabalho, se houve alteração, o Sr. Carlos confirmou que não houve alteração, então o presidente perguntou quanto aos valores, que foi respondido pelo representante do Instituto OBI ter ciência quanto a indisponibilidade dos valores, e que existe a necessidade do Instituto captar, mas que para dar continuidade, ele precisava de quinhentos e vinte sete mil e quinhentos e trinta e seis reais, que se refere a compra de materiais, compra de camisetas e os recursos humanos, se demonstrou muito grato pela oportunidade de poder desenvolver o trabalho com a comunidade do Jaraguá, que o remeteu aos tempos que iniciou o projeto em Boiçucanga com as crianças que não tinham



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

São Sebastião – SP

Instituído pela Lei Municipal nº. 874/1992

oportunidade de praticar esportes, que visualizava o trabalho concreto em Boiçucanga, em crescimento em Juquehy, a necessidade em Camburi e oportunidade talvez de levar para o bairro de Maresias. Acrescentou que o orçamento anual não era esse valor, mas sim a continuidade para a vigência de doze meses, que representava um terço do que ele precisa para efetivar os doze meses de dois mil e vinte e três e por isso contava com os votos dos conselheiros. A Sra. Rita perguntou se a prorrogação seria de trinta de junho e o Sr. Carlos confirmou, dizendo que se não prorrogasse agora terminaria somente no próximo edital. E foi questionado pela mesma se o aditivo seria de primeiro de julho até dezembro, ao que respondeu que pediria o aditivo para doze meses, pois seria a forma que tem que ser feita, e mediante a captação, doações, ele colocaria solicitação de aditivo em janeiro, que era o mesmo procedimento que a Dra. Fernanda do Instituto Verdescola estava fazendo, solicitando com a doação do Itaú, que seja agregado o valor ao projeto dela já em vigor. No caso do OBI, lá em dezembro, mediante captação. Neste momento a conselheira tutelar Vanuza Bárbara pediu a palavra, concedida pelo presidente, então parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Sr. Carlos e o projeto do Instituto OBI no Jaraguá e solicitou e pediu orientações como fazer essa solicitação por bairros e região, para que chegasse esses projetos aos bairros da Topolândia, Itatinga, Morro do Olaria, pois o Conselho Tutelar está atuando sempre devido a ociosidade das crianças e jovens, destacando a necessidade de projetos de esporte. O Sr. Carlos respondeu que entendeu a solicitação da Sra. Vanuza como necessidade da metodologia do Instituto OBI de inclusão, independente da qualidade esportiva da criança. Informou que conhece vários projetos acontecendo no ginásio do Gringo, do Topo, no Itatinga, mas os responsáveis por aplicar as atividades esportivas eram concursados, e concluiu que o que falta é o recurso financeiro, porque os funcionários que possui ele sobrecarrega disponibilizando as atividades em quatro praias diferentes. A conselheira tutelar acrescentou que no Jaraguá muitas mães as procuram e que acredita que irá ajudar muito e o Sr. Carlos informou ter cem alunos no Jaraguá. A Sra. Rita voltando ao assunto da pauta, questionou o Sr. Carlos, se o que estavam solicitando era a prorrogação do prazo e alteração do valor, o que foi confirmado pelo Sr. Carlos. Este informou que ele não pode colocar no papel o valor que não existe disponibilidade, independente de saber quanto vai custar, pois o CMDCA só pode aprovar o custeio do valor que já existe. Portanto mediante o que foi conversado nas reuniões, ele fez uma adequação para que pudesse ter a continuação com os funcionários contratados, materiais, etc e que ele tem que buscar e captar as doações para ser efetivado o que já está articulado, que já tem conversas de possíveis doadores, mas que não pode demonstrar pois não foi efetivado. O presidente convocou todos os presentes de forma remota e presencial para votação, e aprovada por



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

São Sebastião – SP

Instituído pela Lei Municipal nº. 874/1992

unanimidade. Devendo ser emitida a resolução de aprovação do projeto mediante disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Plano de Trabalho apresentado e encaminhada para a SEDES para as providências administrativas. O Sr. Carlos agradeceu o voto de confiança de todos e disse que as crianças agradecem. **8. Pedido de aditivo de valor do Instituto Verdescola e Plano de Trabalho;** O presidente leu a solicitação, informando que dependia apenas de questões administrativas, que o documento já tinha sido assinado, que dependia apenas do depósito dos valores no FUMCAD e que se tratava de aporte ao projeto que já estava aprovado, portanto, apenas uma readequação financeira Pedido que também foi aprovado por unanimidade. **9. Escuta especializada;** O presidente retomou o assunto do pedido de custeio por parte da Comissão Intersetorial do curso de escuta especializada, que o CMDCA encaminhou suas dúvidas por meio de ofício à referida comissão, mas que ainda não tinha recebido as respostas, logo provocaria a resposta para finalizar o assunto. O presidente questionou se algum dos membros tinha algo a colocar ou questionar, sem manifestações, encerrou a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Eu, Carla Ceravolo, secretária “ad hoc”, redigi a presente ata.

LISTA DE PRESENÇA

Reunião Ordinária –11 de maio de 2023 – Videoconferência e presencial

1. Frederico Schwarz Mazzucca	Poder Público (presencial)
2. Angelo Itavo Neto	Poder Público (remoto)
3. Carlos Augusto Del Matto	Sociedade Civil (presencial)
4. Rita de Cassia Nascimento Simioni	Sociedade Civil (remoto)
5. Vilson Costa Júnior	Poder Público (presencial)
6. Davi de Oliveira	Poder Público (presencial)
7. Fernanda Palluri	Poder Público (remoto)
8. Ísis Raniely Reis Setubal da Silva	Poder Público (remoto)